DECRETO Nº 22425/2025

Institui e regulamenta as ações da Educação para as Relações Étnico-Raciais no Sistema Público Municipal de Ensino de Dois Vizinhos – PR e dá outras providências.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Art. 2º da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008, que tornam obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo oficial da Educação Básica;

Considerando a Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial);

Considerando a Lei nº 7.716/1989, que define crimes resultantes de preconceito racial;

Considerando a Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais;

Considerando a importância da valorização da diversidade étnico-racial e do combate a todas as formas de preconceito e discriminação nas instituições educacionais.

D E C R E T A:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Dois Vizinhos – PR, a Política Municipal de Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), como política pública de caráter permanente, voltada à promoção da equidade racial, valorização das culturas afro-brasileira, africana e indígena, e ao combate ao racismo e à discriminação.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Educação será responsável pela coordenação, implementação, acompanhamento e avaliação das ações relacionadas à Política Municipal de ERER.

CAPÍTULO II – DA ESTRUTURAÇÃO

Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação instituirá uma comissão técnica ou setor específico, no âmbito do Setor Pedagógico, responsável pelas ações da ERER.

§ 1º A equipe poderá ser composta por profissionais da rede municipal e/ou convidados, preferencialmente com formação ou atuação em temáticas étnico-raciais.

§ 2º Será garantida a representatividade de pessoas negras e indígenas na composição da equipe.

CAPÍTULO III – DA DOCUMENTAÇÃO E DOS MATERIAIS PEDAGÓGICOS

Art. 4º A documentação, os Projetos Político-Pedagógicos (PPP), os regimentos escolares e os planos de ensino deverão conter, de forma transversal, a abordagem das relações étnico-raciais.

Art. 5º A Secretaria promoverá a produção, aquisição e difusão de materiais didáticos e pedagógicos que valorizem a diversidade étnico-racial, incluindo livros, jogos, brinquedos, filmes, entre outros recursos.

CAPÍTULO IV – DA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS

Art. 6º Será ofertada formação inicial e continuada a todos os profissionais da educação sobre a temática da educação para as relações étnico-raciais, abordando:

I – História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena;

II – Direitos Humanos, diversidade e inclusão;

III – Metodologias antirracistas.

Art. 7º Instituir parcerias externas e intersetoriais com Instituições Públicas de Ensino Superior e organizações da sociedade civil.

Art. 8º Garantir e orientar que as equipes gestoras das unidades escolares incluam as discussões sobre a EREER nos Horários de hora-atividade.

CAPÍTULO V – DAS AÇÕES AFIRMATIVAS E PARTICIPAÇÃO

Art. 9º As unidades escolares deverão promover projetos, eventos, e atividades pedagógicas que abordem a equidade racial, a valorização das culturas e o enfrentamento do racismo.

Art. 10. A Secretaria estimulará a participação da comunidade escolar e da sociedade civil nas ações de promoção da diversidade étnico-racial.

Art. 11. Destinar às pessoas negras (pretas e pardas) 10% (vinte por cento) das vagas disponibilizadas nos concursos públicos, processos seletivos para os profissionais da educação do município.

CAPÍTULO VI – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 12. A Secretaria instituirá mecanismos de acompanhamento, avaliação e monitoramento das ações previstas neste Decreto.

§ 1º Os dados referentes à raça/cor dos estudantes deverão ser coletados, analisados e considerados para fins de políticas públicas educacionais.

§ 2º Inserir o campo “raça/cor” na Ficha de Matrícula dos(as) estudantes de acordo com as classificações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): branco(a), preto(a), pardo(a), amarelo(a) e indígena.

§ 3º Caberá às unidades escolares, no momento da matrícula e rematrícula dos(as) estudantes, orientar o(a) responsável legal a responder ao item “raça/cor”.

§ 4º Caberá a Secretaria Municipal de Educação apurar e manter atualizados estes dados dos(as) estudantes do município.

§ 5º A Secretaria Municipal de Educação deverá monitorar os indicadores de aprendizagem/desempenho considerando a raça/cor e gênero dos(as) estudantes.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, 64º ano de emancipação.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Dione Luiz da Silva
Secretário de Administração e Finanças